

O boom chinês e as economias latino-americanas*

André Moreira Cunha**

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq

Resumo

Os fluxos de investimento e comércio originados na China têm-se tornado uma importante fonte de dinamismo para a América Latina. Este trabalho analisa esse processo. Argumenta-se que existem pelo menos dois padrões de comércio, um representado pelo México e a América Central, e outro, pelos países sul-americanos. O “boom” econômico da China pode ser considerado, simultaneamente, uma oportunidade e uma ameaça às principais economias latino-americanas.

Palavras-chave: China; globalização; América Latina.

Abstract

Trade and investment flows originated in China have become an important source of economic dynamism in Latin America. This paper analyzes this process. We argue that there are at least two major patterns of bilateral trade, one represented by Mexico and the Central America, and the other associated with South American countries. Chinese economic boom can be considered, simultaneously, an opportunity and a threat to major Latin American economies.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apontar as principais características das relações econômicas entre a China e a América Latina, tendo por pano de fundo o processo de crescente internacionalização daquele país, cujos efeitos de transbordamento sobre a economia global vêm sendo sentidos tanto na conjuntura excepcionalmente favorável à exportação de *commodities* quanto na reorganização em curso dos espaços geopolíticos.

Evidencia-se o fato de que há um importante crescimento da China como destino das exportações e origem das importações regionais. Todavia é possível identificarem-se pelo menos dois padrões de comércio: um representado pelo México e a América Central, e outro, pela América do Sul. Em comum, há a tendência à redução do conteúdo tecnológico das exportações latino-americanas para além da média verificada no comércio com outras regiões. Além desta breve **Introdução**, os argumentos estão organizados em mais três seções. Na sequência, demarca-se a estratégia geral de crescimento da China e seus efeitos de transbordamento. Posteriormente, são analisadas as relações bilaterais com a América Latina. Seguem as **Considerações finais**.

* Artigo recebido em 16 maio 2007.

** O autor agradece o apoio de pesquisa da bolsista do PIBIC-CNPq Nathaly Xavier e ao CNPq.
E-mail: amcunha@hotmail.com

1 Efeitos de transbordamento do crescimento da China

Desde que iniciou seu processo de abertura e modernização econômica acelerada, no final dos anos 70, a China vem apresentando uma vigorosa trajetória de crescimento e internacionalização. Com uma taxa média de expansão da renda superior a 9% ao ano, ao longo de mais de um quarto de século, a China atingiu, em 2005, a condição de quarta maior economia do mundo em dólares correntes, ou a segunda maior em paridade de poder de compra (PPC) (World..., 2007), o que significa, respectivamente, 5% e 15% da economia mundial.¹ As projeções atuais apontam o fato de que a China se deverá tornar, ainda na primeira metade do século XXI, a maior economia do planeta.² No plano comercial, o País já é o terceiro maior *global player*, atrás apenas de Alemanha e Estados Unidos. Note-se que, em meados dos anos 80, a China representava cerca de 1% das exportações mundiais — peso equivalente ao do Brasil —, atingindo, atualmente, uma participação seis vezes maior (Intern. Trade Stat., s. d., Nações Unidas, 2006). A partir do começo dos anos 90, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu investimento externo direto. Recentemente, além de receptor, o País também se tornou fonte de investimentos,³ especialmente em outros países periféricos.

A expansão da presença da China na economia internacional manifesta-se em, pelo menos, três dimensões: em seu *drive* exportador, que vem impondo uma crescente pressão competitiva sobre economias industrializadas e em desenvolvimento; em sua demanda por matérias-primas e energia, que vem moldando uma política externa cada vez mais ativa; e em sua

consolidação como pólo atrator de investimentos e irradiador de dinamismo comercial e financeiro em seu entorno regional e em outras regiões. As economias latino-americanas vêm experimentando os efeitos dessa dinâmica através da ampliação da corrente de comércio e dos fluxos de investimentos e também pela pressão concorrencial chinesa. Esta aparece com mais intensidade sobre as economias mais industrializadas da região, em seus próprios mercados e em terceiros mercados. Ademais, do ponto de vista conjuntural, desde 2003, a recuperação econômica das principais economias latino-americanas tem estado diretamente vinculada ao *boom* no mercado de *commodities* e ao comportamento excepcionalmente favorável dos mercados de ativos financeiros e bens, ambos fenômenos derivados da dinâmica de crescimento chinesa em sua complementaridade com a economia estadunidense (Nações Unidas, 2006; World Econ. Out.; 2006; Trade Develop. Rep., 2006). A partir de uma perspectiva latino-americana, interessa analisar as condições de sustentabilidade desse ciclo e os eventuais desdobramentos de um cenário de *hard landing* da economia internacional.

É nesse contexto que se buscam analisar os impactos potenciais para a América Latina do processo de internacionalização da China, que, por sua vez, é um desdobramento da estratégia de desenvolvimento desse país. Na perspectiva chinesa, haveria uma opção pela “ascensão pacífica” à condição de grande potência, em uma clara tentativa de diferenciação da trajetória de outros países, que, em momentos de ascensão, acabaram provocando conflitos políticos e guerras, como nos casos de Alemanha e Japão (Bijian, 2005).⁴ Argumenta-se aqui que a China possui uma estratégia política de longo prazo: colocar a civilização chinesa em uma posição de centralidade, mas não necessariamente de hegemonia, na ordem internacional. Tratar-se-ia, na verdade, de um reposicionamento histórico, de uma recuperação do espaço perdido para as nações ocidentais a partir da

¹ Para se colocar em perspectiva, a economia latino-americana como um todo equivale à chinesa em valores de mercado, ou é cerca de metade desta em PPC. No plano comercial, há cerca de três décadas, a participação latino-americana tem oscilado entre 6% e 7% do total das exportações mundiais. A China absorve o equivalente a todo o investimento externo direto (IED) que se direciona para a América Latina, excluídos os paraísos fiscais do Caribe.

² Conforme sugerem, dentre outros, Wilson e Purushothaman (2003), NIC (2005) e Trinh, Voss e Dick (2006).

³ O estoque de IED no exterior, de cerca de US\$ 46 bilhões, ainda é pequeno, quando se comparam os dados de outros países emergentes. Todavia os fluxos são crescentes, tendo superado US\$ 11 bilhões em 2005 (World Invest. Rep., 2006).

⁴ A literatura de história e política internacional oferece análises já clássicas que procuram modelar o processo de “ascensão e queda” das grandes potências (Kennedy, 1987; Landes, 1998). Constata-se a confluência de elementos de acumulação de poder *hard* e *soft* (militar, político, científico, cultural e econômico) no estabelecimento de hegemonias globais ou regionais. De forma recorrente, a guerra acabou sendo o desaguiador das tensões provocadas pelo choque entre as potências (ascendentes e decadentes). Os ensaios organizados por Fiori (2004) são o exemplo de fertilização cruzada de distintas perspectivas da política e da economia política no tratamento de temas contemporâneos.

Revolução Industrial. Conforme sugere Maddison (1998), até meados do século XV, a população chinesa teria os padrões mais elevados de renda *per capita* do planeta. A China, então, responderia por um terço da economia mundial. Seus líderes enxergavam o País como o centro mais avançado do mundo conhecido, tanto do ponto de vista tecnológico quanto nos planos moral e cultural. A seqüência de derrotas militares e imposições comerciais desfavoráveis para países ocidentais e para o Japão trouxe uma crise de identidade na até então orgulhosa e milenar civilização. É nesse sentido que alguns sinólogos sugerem serem a Proclamação da República (1912) e a Revolução Comunista (1949) movimentos iniciais de reafirmação da nação (Landes, 1998; Pinto, 2000).⁵

A estratégia de aceleração do crescimento através da adoção de uma maior exposição aos mecanismos de mercado deve ser compreendida com um “meio” para o alcance do objetivo maior da modernização chinesa (Saich, 2004; Woo, 2005). As reformas liberalizantes não são um fim em si mesmas, ou mesmo uma adesão à ordem liberal do mundo pós-Guerra Fria.⁶ Até porque há contrastes evidentes entre o sucesso chinês de adaptação gradual e pragmática ao contexto de globalização e as experiências frustradas de *big bang* na transição das economias de planejamento central do antigo bloco soviético ou de implementação do Consenso de Washington na América Latina (Rodrik, 2005). Sugere-se aqui que, no caso da China, a gestão macroeconômica de curto prazo e o planejamento de desenvolvimento de longo prazo, ambos ancorados em uma política externa cada vez mais ativa, pretendem dar sustentação àquela trajetória de “retomada” de um papel de maior protagonismo na arena internacional. Para os chineses, tal processo completar-se-ia por volta de 2050, um século após a revolução de Mao Zedong (Bijian, 2005; Mahbubani, 2005; Zweig; Jianhai, 2005).

A consolidação da China como uma das maiores economias do planeta e o crescimento acelerado de sua renda e de seu comércio exterior tornaram o País um dos principais pólos irradiadores de dinamismo, tanto em

seu entorno regional quanto para o conjunto da economia global. Estimativas recentes sugerem que a China vem respondendo por algo entre um quarto e um terço da taxa de crescimento do PIB mundial (Nações Unidas, 2006; World Econ. Out., 2006; Trade Develop. Rep., 2006). Isso se dá em um contexto em que a economia internacional vem apresentando taxas elevadas de crescimento da renda, do comércio e dos fluxos de capitais. O recente ciclo de expansão tem chamado a atenção dos analistas, por apresentar características de forte convergência de estímulos positivos sobre diversos mercados e por se revelar resistente às pressões altistas de preços de *commodities* e de certos ativos financeiros, como os imóveis. Em grande medida, tal situação foi provocada pelas políticas contracíclicas das economias centrais, particularmente os EUA.

A virada do milênio havia sido caracterizada por uma elevada incerteza quanto à capacidade de a economia internacional resistir às recorrentes crises dos mercados emergentes e à “exuberância irracional” do mercado financeiro estadunidense. De fato, entre 2001 e 2002, verificou-se um forte ajuste nos lados real e financeiro, com a taxa de crescimento do PIB recuando para menos de 3% a.a. — contra a média superior a 4% dos anos anteriores —, o volume de comércio atingindo uma variação anual de 0% em 2001 e de 3% em 2002, e o mercado acionário dos EUA acumulando perdas da ordem de 40%. Todavia, já em 2003, as economias estadunidense e mundial recuperavam-se com um vigor impressionante, cujo momento de auge foi o ano de 2004, quando se verificou a maior taxa de elevação do PIB mundial em 30 anos. Entre os momentos de desaceleração e os de recuperação, as políticas monetária e fiscal dos EUA e, em menor intensidade, da Europa e do Japão⁷ foram inusitadamente expansionistas. No primeiro caso, a taxa básica de juros do Fed foi reduzida de 7% para 1% em um curto espaço de tempo, ao passo que, na esfera fiscal, os superávits de 4% do PIB se tornaram déficits de 3% a 4% do PIB, a partir das políticas de redução de impostos e de ampliação de gastos — particularmente os associados ao esforço de guerra — da administração republicana. Os principais países europeus seguiram com déficits orçamentários da ordem 4% do PIB, ao passo que o Japão experimentava uma deterioração fiscal crescente, com déficits na casa de 7% do PIB. As taxas reais de juros — de curto e longo prazos — da Tríade⁸ tornaram-se negativas, posicionando-

⁵ *Insiders* do processo de abertura e modernização na China enfatizam a linha de continuidade entre as reformas propostas por Deng Xiaoping e a revolução de Mao Zedong. Ver, por exemplo, Wu (2005).

⁶ Por exemplo, o anúncio, no Congresso do Povo, realizado em 2007, de um novo marco legal que coloca a propriedade privada no mesmo patamar de proteção jurídica que a propriedade coletiva parece responder não só às pressões de investidores privados, mas, principalmente, procuraria atenuar o problema da expropriação de terras de camponeses por autoridades locais em meio ao vigoroso processo de urbanização. Ver NPC (2007).

⁷ Em geral, os países europeus e o Japão já adotavam políticas mais frouxas.

⁸ Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

-se nos níveis mais baixos desde a aceleração inflacionária do final dos anos 70, começo dos anos 80 (World Econ. Out., 2006; Trade Develop. Rep., 2006).

Nos EUA, tais estímulos permitiram a rápida recuperação dos gastos privados, que, sob o estímulo de um processo de crescente endividamento, dada a elevada liquidez e as taxas de juros em queda, lançaram a economia em um novo ciclo de vigoroso crescimento — retomando o patamar de 3% a 4% ao ano —, nos anos seguintes. Em paralelo à recuperação, novos desequilíbrios passaram a chamar atenção. Os déficits externos em conta corrente foram atingindo níveis inusitados, passando de menos 2% do PIB em meados dos anos 90 para 4% a partir do final daquela década e para 6% a partir de 2005. Isso acontecia apesar do enfraquecimento do dólar. O endividamento privado, especialmente das famílias, atingia níveis recordes, a deterioração das contas públicas era crescente, e as pressões altistas em certos mercados financeiros, particularmente no segmento imobiliário, eram preocupantes. Nesse contexto, foram-se evidenciando as relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense. No plano comercial, a China tornou-se o principal parceiro dos EUA. Todavia a relação bilateral apontava déficits comerciais crescentes, que passaram de uma média de US\$ 54 bilhões entre 1996 e 1999 para mais de US\$ 200 bilhões em 2005 (AEP Reg. Ov., 2006; Nações Unidas, 2006). Em contrapartida, a China, através da estratégia de acumulação de reservas e, assim, da compra de títulos do Tesouro dos EUA, passou a ser um dos principais financiadores dos déficits gêmeos da economia estadunidense. Tal relação complexa de complementaridade alimenta um debate sobre a sustentabilidade dos desequilíbrios globais de pagamentos e do quadro atual de elevada liquidez e juros reduzidos (Goldstein, 2005; Dooley; Folkerts-Landau; Garber, 2005).

2 A China e a América Latina

Desde meados de 2003, os países latino-americanos vêm experimentando um renovado dinamismo, que vem chamando a atenção dos analistas, na medida em que o novo ciclo de expansão introduz elementos inusitados no quadro macroeconômico da região. A aceleração do crescimento está sendo acompanhada de uma melhoria nos resultados fiscais e externos — especialmente nas transações correntes —, sem que

haja pressões inflacionárias disseminadas, e nos marcos de uma tendência de redução na percepção de risco dos investidores internacionais — ao menos no que se pode capturar pelos níveis recordes de baixa nos indicadores de risco-país. No passado, os *booms* de crescimento na região geravam forte deterioração das contas externas e fiscais, redundando em crises de balanço de pagamento e em episódios de surto inflacionário e fragilização fiscal. Há certa convergência entre os analistas que identificam na conjuntura externa excepcionalmente favorável os elementos que explicam o ritmo e o padrão da recuperação recente da América Latina (World Econ. Out., 2006; Anu. Rep., 2006; Trade Develop. Rep., 2006).

Conforme sugerem a Cepal (Nações Unidas, 2006), o FMI (World Econ. Out., 2006; Western Hemis. Reg. Out., 2006), a Unctad (Trade Develop. Rep., 2006), dentre outros, o triênio 2004-06 apresentou os níveis mais elevados de crescimento (continuado) da América Latina nos últimos 30 anos — cerca de 5% ao ano. As projeções para 2007 sugerem a manutenção do quadro atual, ainda que com uma tendência de convergência para níveis mais baixos de expansão, próximos ao do PIB potencial, entre 3% e 4% ao ano. O ciclo atual vem sendo determinando pelo *drive* exportador de *commodities*. Entre 2002 e 2006, as *commodities* energéticas e não energéticas acumularam elevações de preços da ordem de, respectivamente, 150% e 80%. Conforme explicitado na sequência, a pauta exportadora dos países latino-americanos é fortemente concentrada nesses produtos. Todavia é importante perceber que o desempenho dos países da região não tem sido uniforme, até em função das diferentes estruturas produtivas e dos graus de abertura e de especialização nos setores beneficiados pelo *boom* nos mercados de produtos primários, a partir da expansão do consumo chinês. Assim, quando se toma a evolução dos termos de intercâmbio, nota-se, para o período 2002-05, um incremento de 23% para a média dos países sul-americanos, 9% para o México e uma queda entre 4% e 9% para a América Central e o Caribe (Western Hemis. Reg. Out., 2006, p. 6). Os países que estão apresentando ritmos mais elevados de crescimento são aqueles mais expostos ao ciclo de preços de *commodities*, como Argentina e Venezuela. Esses mesmos países apresentaram taxas de inflação mais elevadas do que a média regional de 5% entre 2004 e 2006.

O emprego cresceu de forma significativa em 2005 e 2006, com as taxas de desocupação apresentando uma trajetória declinante. O crescimento da renda está permitindo uma reversão no quadro de deterioração social.

A pobreza está em queda⁹, e os dois maiores países na região, Brasil e México, apresentam melhorias expressivas no perfil de distribuição de renda. No setor externo, há superávits em conta corrente desde 2003, com uma média superior a 1% do PIB. Os fluxos de capitais têm sido positivos. Em um quadro internacional de liquidez abundante e juros moderados, o perfil de endividamento tornou-se mais favorável. Em 2006, as reservas internacionais equivaliam a 331% das dívidas externas de curto prazo contra os 206% verificados em 2002 (Western Hemis. Reg. Out., 2006, p. 9). É interessante comparar o ciclo atual com o verificado nos anos 90, quando a região absorveu volumes expressivos de capital estrangeiro. Entre 1991 e 1994, os países latino-americanos receberam o equivalente a 11% do PIB em investimentos (líquidos) em portfólio contra 4% de IED. Já entre 2003 e 2006, o IED predominou — 8% do PIB contra uma saída líquida de investimentos em portfólio entre 0% e 1% do PIB. Em 1998, as reservas internacionais eram de US\$ 180 bilhões contra os US\$ 300 bilhões atingidos no final de 2006 (Western Hemis. Reg. Out., 2006, p. 10-12).

Em síntese, o ciclo atual de expansão das economias latino-americanas está fortemente associado aos desdobramentos da conjuntura externa. Estes, por sua vez, dependem, cada vez mais, das relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense. As condições macroeconômicas globais favoráveis, não apenas no que se refere à recuperação do ritmo da economia mundial, mas também à evolução e a patamares de preços-chave, como a taxa de juros e a taxa de câmbio nos EUA, comandam o ritmo de liquidez e a evolução dos preços dos demais ativos financeiros e de *commodities*.

Quando se toma como referência o quadro global descrito anteriormente e se analisam as relações econômicas entre a China e os países da América Latina, pelo menos quatro aspectos emergem destacadamente: (a) a intensificação da corrente de comércio e dos fluxos efetivos (e potenciais) de investimento estrangeiro neste início de século; (b) a existência de dois padrões distintos de comércio, um representado pelo México e, em alguma medida, pelos países do Caribe, e outro, pela América do Sul; (c) a tendência à redução do conteúdo tecnológico nas exportações latino-americanas, especialmente dos

países do sul, e de elevação do conteúdo tecnológico das importações provenientes da China; e (d), além da assimetria qualitativa na pauta, a América Latina revela-se mais importante para a China como mercado de absorção de suas mercadorias do que como fonte de suprimentos (CAF, 2006; Nações Unidas, 2006; BID, 2006). Os dados disponíveis mais recentes sugerem que, para o conjunto da América Latina, o mercado chinês representou 3,5% do total exportado no ano de 2005 (Nações Unidas, 2006). Esse valor aparentemente pouco expressivo e tomado em um ponto do tempo não permite se perceber o elevado dinamismo do comércio bilateral entre essas duas regiões. Conforme pode ser verificado nos Gráficos 1 e 2, entre 1990 e 2005, a corrente de comércio entre essas economias cresceu entre cinco e seis vezes, caso o México seja incluído, ou não. Naquele período, a taxa mediana de expansão das exportações da América Latina para a China foi de 20% ao ano, o dobro do verificado para o total exportado. Ademais, houve uma aceleração nesse ritmo a partir da virada do milênio, com uma mediana de quase 40%. Um padrão semelhante aparece nas importações. Por isso mesmo, a China vem ocupando um lugar de crescente destaque na pauta comercial da região.

Em um recorte sub-regional, é possível verificar, na ponta exportadora, um comércio mais intenso com o Mercosul, especialmente Argentina e Brasil, que, em 2005, direcionaram, respectivamente, 8% e 6% de suas exportações para a China. Nesse mesmo ano, Chile, Cuba e Peru exportaram cerca de 11% de suas mercadorias para aquele país. O conjunto dos países andinos direcionou um pouco menos de 3% de suas exportações para a China, ao passo que os centro-americanos canalizaram 1,6% de suas mercadorias para aquele mercado. Na ponta importadora, o principal destaque é o México, que representa cerca de 55% do total importado pela região, tomando-se a média de 2002-05.

É de se destacar que o principal país exportador da região, o México, que responde por cerca de 40% do total exportado pela América Latina, destinou apenas 0,5% de suas exportações para a China. Esse número contrasta fortemente com os dados de importação destacados anteriormente. Assim, o México exporta relativamente pouco para a China e apresenta uma tendência de déficits estruturais (Gráfico 5). Desde logo, é importante notar que tal padrão está associado às relações comerciais entre EUA e México e ao papel das empresas multinacionais que operam naquelas economias e que estabelecem suas estratégias de localização, produção e exportação em escala global. Excluindo o México (Gráfico 2), nota-se com mais clareza a

⁹ Estimativas ainda preliminares sugerem que a proporção de pobres, considerando aqui a capacidade de aquisição de uma cesta básica de consumo definida nacionalmente, teria caído de 43% para 40% da população entre 2005 e 2006 (Western Hemis. Reg. Out., 2006, p. 8).

importância crescente da China como mercado para as exportações da América do Sul, em particular, de suas duas principais economias, Argentina e Brasil.¹⁰

Do ponto de vista qualitativo, o comércio exterior com a China vem-se distinguindo das demais regiões, na medida em que estabelece um padrão de especialização mais intenso nos produtos de menor conteúdo tecnológico, quando se tomam as exportações, e o seu oposto, quando consideradas as importações. Assim, cerca de 80% das exportações da América Latina, excluindo, ou não, o México, estão concentradas em produtos primários e processadores de recursos naturais (Tabelas A.1 e A.2 do **Anexo estatístico**).¹¹ E, mais importante, tal concentração vem crescendo ao longo do tempo. No começo dos anos 90, a pauta exportadora para a China era mais próxima da média geral, com os produtos mais básicos tendo um peso de 70%. Conforme pode ser visto nas Tabelas A.1 e A.2, para o conjunto do comércio internacional latino-americano e nas relações bilaterais com os Estados Unidos e, em parte (quando se inclui o México), com a União Européia, verificou-se, no período 1990-04, um movimento de leve melhoria no perfil de intensidade tecnológica das exportações.¹² A única exceção relevante foi com a economia cujo intercâmbio vem apresentando maior dinamismo, a China.

Um corolário da análise anterior está explicitado nos Gráficos 3 a 5: as principais economias latino-americanas, Argentina, Brasil e México, que respondem por 70% das exportações da região, apresentam padrões distintos de comércio com a China. Os dois primeiros países são superavitários, ao passo que o último é fortemente deficitário.

Com respeito ao México, o efeito-China mostra-se mais complexo. Uma primeira observação relevante é que, desde a virada do milênio, a China deslocou o México como principal parceiro comercial dos EUA (Nações Unidas, 2006; CAF, 2006). Ademais, as relações comerciais bilaterais China-México são fortemente assimétricas, na medida em que a China já é a segunda principal origem das importações mexicanas — 8% do total em 2005 —, sem a contrapartida de exportações mais amplas. Cerca de 65% das importações do México originadas na China correspondem a três produtos: microprocessadores, partes e peças eletrônicas e partes e peças de telecomunicações. Assim, em uma perspectiva estrutural, o México depende quase exclusivamente do mercado norte-americano como destino final de suas exportações, apresentando um perfil de comércio bilateral com a China, onde há um volume expressivo de importações de diversos tipos de componentes e manufaturas que são parcialmente processados no País e exportados para os EUA. Não à toa, as importações mexicanas de produtos chineses passaram de US\$ 0,5 bilhão em 1995 para US\$ 18 bilhões em 2005. Por outro lado, as exportações para a China não apresentaram o mesmo dinamismo.

Quando são analisados os dados dos países da América do Sul, que apresentam uma situação geral de superávit com a China, deve-se notar que tal fluxo conjunturalmente favorável se deve exclusivamente ao comércio de *commodities*, na medida em que há um déficit, quando se toma o comércio de manufaturas (excluídos aqui os produtos intensivos em recursos naturais). Por exemplo, 70% dos US\$ 18 bilhões exportados para a China pelos países sul-americanos em 2004 estão concentrados em três produtos: soja em grão, ferro e cobre. Ampliando-se a lista para os 15 principais produtos ou 90% do total exportado, aparecem também madeira, petróleo, farinha de peixe, alumínio, chumbo, couro, algodão, fumo, frutas e vinhos. Produtos manufaturados ocupam uma margem quase negligenciável (Nações Unidas, 2006). Mais uma vez, é importante frisar que tal perfil não é uma novidade na região. O que deve ser percebido é que a concentração em *commodities* é mais intensa nas exportações para a China, quando se compara o total exportado (Tabelas A.1 e A.2). Esse é um ponto relevante, na medida em que o comércio bilateral com aquele país é o que cresce de forma mais intensa nos últimos anos. Assim, em uma perspectiva mais conjuntural, Argentina e Brasil beneficiaram-se do *boom* comprador chinês nos mercados de energia, alimentos e matérias-primas industriais de uso difundido (minério de ferro, produtos químicos, metais não ferrosos,

¹⁰ No começo dos anos 90, a China representava cerca de 1% das exportações do Brasil e um pouco menos de 2% das exportações argentinas. Em 2005, esse valor saltou, respectivamente, para cerca de 6% e 8% (estimativas próprias a partir da base de dados das Nações Unidas (2006).

¹¹ Ver Nações Unidas (2006) para um detalhamento dos setores considerados em cada agregado.

¹² Esse resultado se deve ao processo de internacionalização via *maquilladoras* no México e ao avanço de exportações de manufaturas de maior intensidade tecnológica no Brasil, especialmente aviões. Não se trata, portanto, de um fenômeno generalizado. Note-se que México e Brasil respondem, respectivamente, por 40% e 20% do total exportado na região. É importante notar também que a exclusão do México nos dados regionais (Tabela A.2) permite perceber que dois terços das exportações latino-americanas para os dois principais mercados de destino, União Européia e Estados Unidos, seguem concentradas em produtos primários e industrializados baseados em recursos naturais. Tal proporção só cai sensivelmente com a inclusão do México e, no caso, do intercâmbio com os EUA — é o efeito-NAFTA.

etc.), o que impulsionou o volume exportado e, principalmente, os preços. Os superávits proporcionalmente mais elevados na Argentina, em comparação com os do Brasil, devem-se ao próprio processo de digestão da crise financeira de 2001-02, que reduziu fortemente o nível de atividades e o consumo naquele país.

Cabe assinalar, ainda, que a América Latina parece ser muito mais relevante enquanto mercado de destino das exportações de mercadorias chinesas do que como fonte de suprimento de matérias-primas. No começo dos anos 90, somente 1% das exportações chinesas direcionavam-se para a América Latina. Em 2005, essa participação subiu para 4,5%. Por outro lado, nesse mesmo período, os países latino-americanos que representavam 1,5% do total importado pela China passaram para 2,7%. Esse fato pode ser explicado na medida em que a maior parte das importações chinesas são de manufaturas, que, por sua vez, são provenientes predominantemente da Ásia. Ademais, a evolução do conteúdo tecnológico das importações latino-americanas da China segue a trajetória oposta ao perfil das exportações do continente (Tabelas A.3 e A.4). Ou seja, aumenta-se o conteúdo tecnológico das importações em paralelo à “primarização” das exportações.

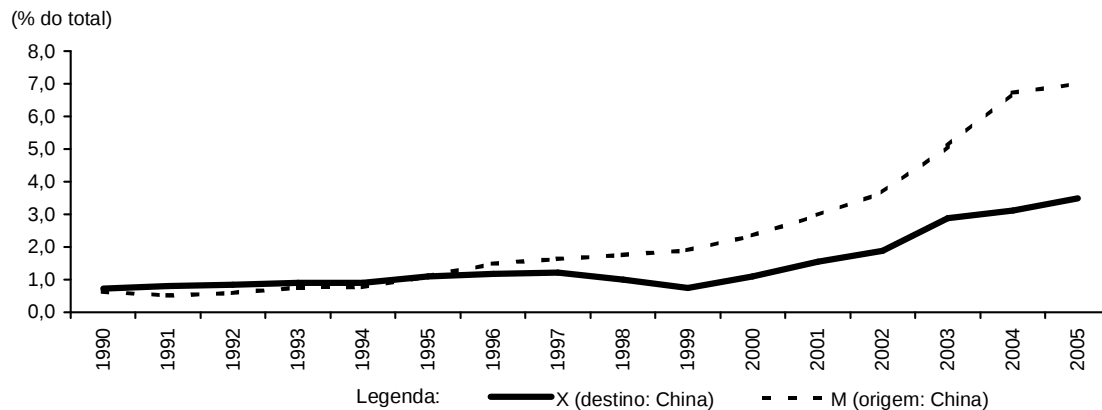
A posição latino-americana não difere da de outras regiões ricas em recursos naturais e energia. Conforme sugerem Trinh, Voss e Dick (2006), África e América Latina são objetos de atenção crescente dos estrategistas chineses, o que tenderia a sinalizar um quadro de maior direcionamento de investimentos diretos e de estabelecimento de contratos de suprimentos de matérias-primas em prazos mais longos.¹³ Há um claro otimismo com respeito à manutenção do *drive* importador chinês, compartilhado, em maior ou menor medida, por outros analistas (CAF, 2006; Nações Unidas, 2006; Blázquez-Lidoy; Rodríguez; Santiso, 2006; Lunding, 2006). Quanto aos investimentos externos chineses, estes ainda

se concentram predominantemente na Ásia (73% dos estoques em 2005), seguida da América Latina (18%), com a África, a Europa e a América do Norte com participações de 2% e a Oceania com 1%. Ainda assim, a forte concentração de matérias-primas estratégicas na África e na América Latina faz com que essas regiões tenham perspectivas mais favoráveis de absorção dos crescentes fluxos de investimentos no exterior da China — com incrementos anuais projetados entre 10% e 15% (Trinh; Voss; Dick, 2006). É importante lembrar que, em sua visita à América Latina, em 2004, o Presidente Hu Jintao anunciou planos de investimentos da ordem de US\$ 100 bilhões para os anos seguintes. Com o mesmo espírito, no final de 2006, foi realizada, em Beijing, uma reunião de cúpula entre a China e mais de 40 países africanos, onde se reafirmou o desejo de aprofundamento das relações econômicas bilaterais.

¹³ Alguns países, tanto na África quanto na América Latina, se destacam mais: Angola, Sudão e República do Congo estão entre os 10 maiores fornecedores de petróleo da China; o Brasil é o terceiro maior exportador de ferro para a China (a África do Sul ocupa a quarta posição) e o segundo maior exportador de soja, sendo a Argentina o terceiro (juntos, representam mais da metade do total de soja importada pela China); Chile e Peru são os principais exportadores de cobre para a China (em torno de 50% do total); Gabão, África do Sul e Gana estão entre os cinco maiores exportadores de manganês para a China (em torno de 37% do total); Burkina Faso, Benin e Mali correspondiam a 20%, em 2004, das importações chinesas de algodão; e Gabão, República do Congo e Guiné Equatorial atendiam a 14%, em 2004, da demanda chinesa por madeira (Trinh; Voss; Dick, 2006).

Gráfico 1

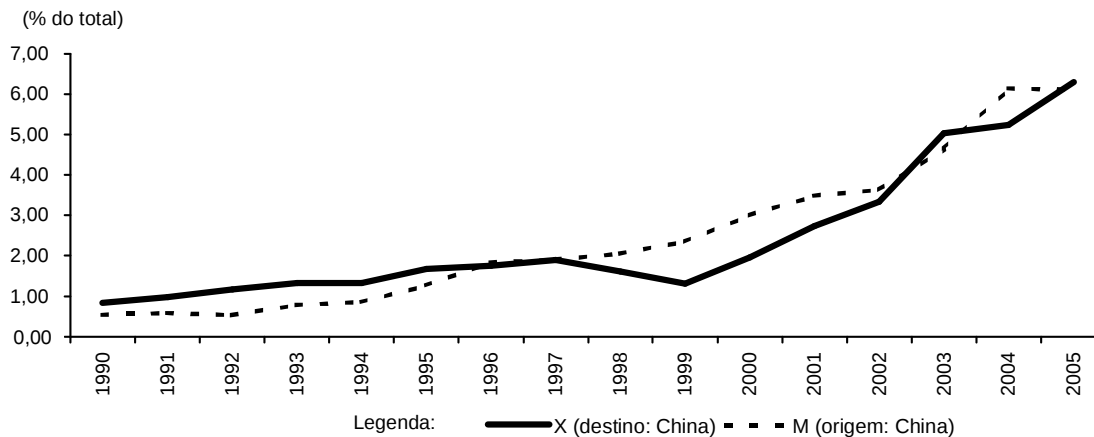
Comércio exterior entre a América Latina e a China — 1990-05



FORNTE DO DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e Caribe — CEPAL.
Panorama de la insercion internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.
 Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Gráfico 2

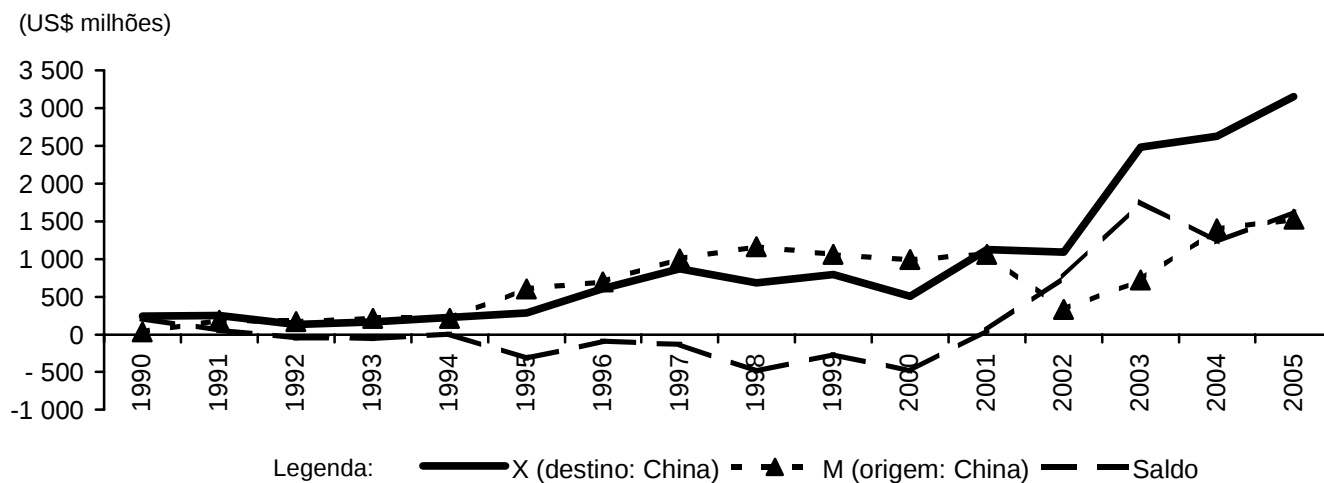
Comércio exterior entre a América Latina (exclusive o México) e a China — 1990-05



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão econômica para a América Latina e Caribe — CEPAL.
Panorama de la insercion internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.
 Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Gráfico 3

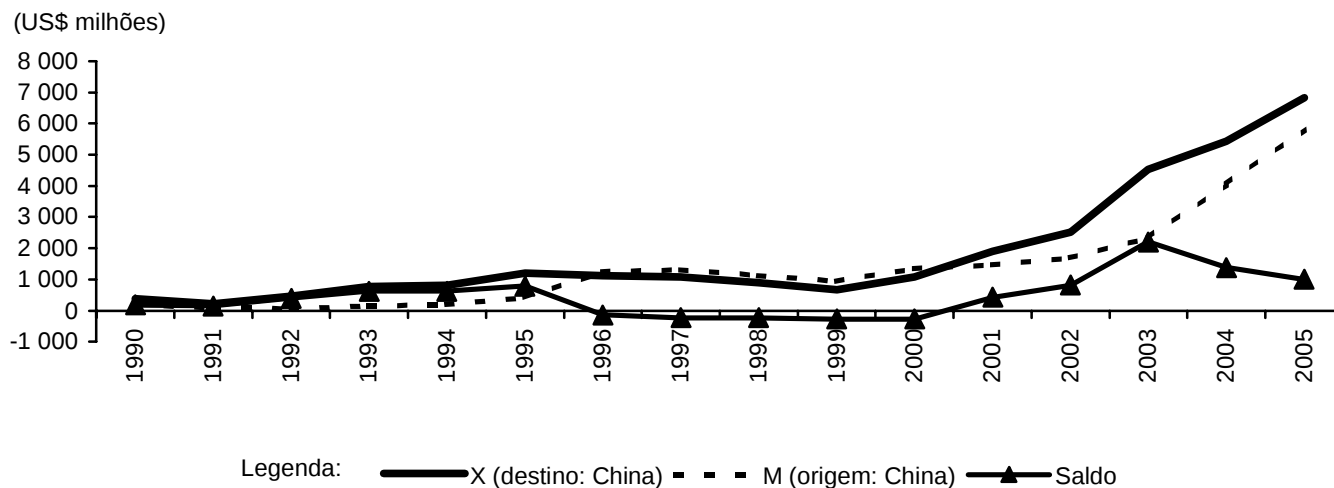
Comércio de mercadorias entre a Argentina e a China — 1990-05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.** Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Gráfico 4

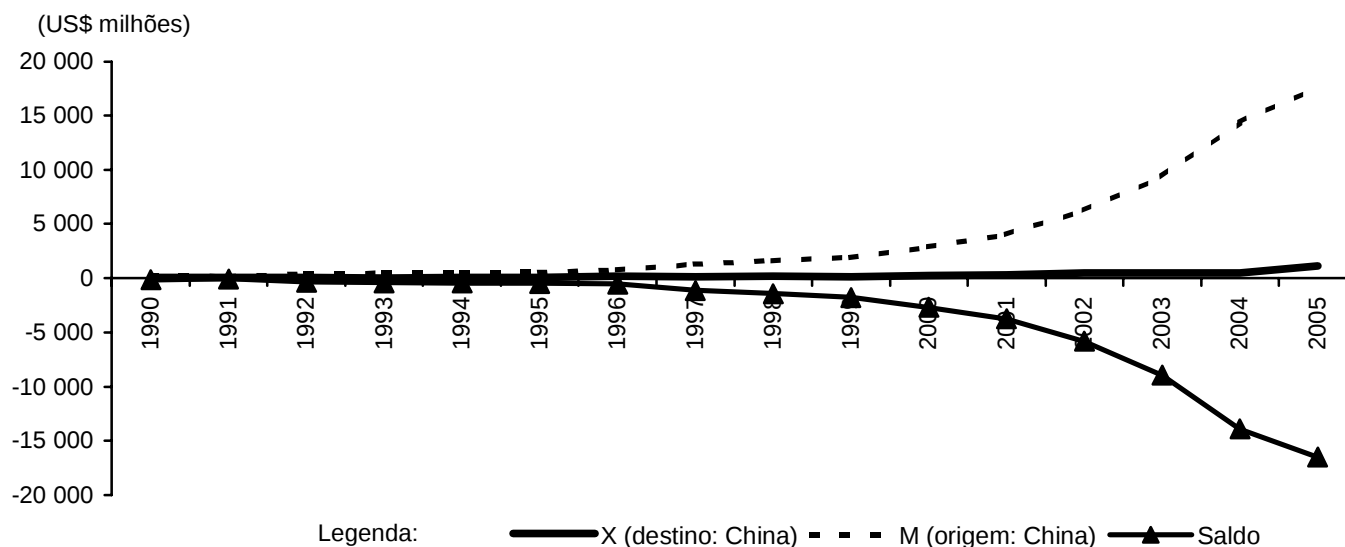
Comércio de mercadorias entre o Brasil e a China — 1990-05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.** Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Gráfico 5

Comércio de mercadorias entre o México e a China — 1990-05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

3 Considerações finais

O presente artigo procura trazer evidências de que o ciclo recente de recuperação das economias latino-americanas está diretamente associado a uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável, que, por sua vez, reflete os impactos do processo de ascensão da China à condição de potência internacional. Com exceção do Brasil, os principais países da região vêm crescendo a taxas significativamente maiores do que as médias verificadas nas últimas duas décadas. Ademais, tal crescimento coincide com uma melhoria nas finanças públicas e nas contas externas, sem que se identifiquem, até o momento, pressões inflacionárias generalizadas — com exceção de Argentina e Venezuela. O *boom* nos mercados de *commodities* determinou, no plano comercial, e com rebatimentos diferenciados nas estruturas produtivas nacionais, esse momento favorável. A grande liquidez financeira internacional garantiu taxas de juros declinantes e o alongamento, com mudança de perfil, do endividamento externo dos países da região. Nos dois planos, comércio e finanças, é possível identificar como fonte dos estímulos positivos e dos

desequilíbrios — efetivos e potenciais — as relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense.

Argumentou-se que a China tem uma estratégia política de longo prazo, manifesta na reafirmação da civilização chinesa em uma posição de centralidade na ordem internacional. O crescimento econômico foi o meio escolhido para criar as condições objetivas, domésticas e externas, para o alcance desse intento. As políticas econômica e exterior articulam-se de modo a viabilizar a expansão material do país e a constituir a teia de apoios necessários à garantia do suprimento de energia e matérias-primas estratégicas. É nesse contexto que deve se entender a ampliação dos vínculos da China com outros países e regiões.

Este início de século XXI tem sido marcado por um aprofundamento das relações econômicas bilaterais entre os países da América Latina e a China. Desde 2001, a corrente de comércio entre as duas regiões vem-se expandindo a taxas superiores a 30% ao ano, mais do que o dobro do que se verifica no total do comércio. Em 2005, a China absorveu cerca de 3,5% das exportações totais da região. Mais importante do que esse número isolado é perceber: (a) o ritmo de expansão das

exportações dos países latino-americanos para a China e como esse país tende a se consolidar como um dos principais parceiros comerciais; e (b) os distintos padrões de relações bilaterais na região. Projeções simples¹⁴, que tomam por base as taxas medianas de crescimento do total das exportações da América Latina e da parcela dessas que se direcionaram para a China no período 1991-04, sinalizam a possibilidade de o mercado chinês vir a absorver entre 5% e 20% do valor exportado até 2015, o que implicaria tornar aquele país o primeiro ou o segundo principal destino da produção latino-americana vendida no exterior.

Foram destacadas algumas características marcantes do comércio bilateral. Em primeiro lugar, há dois padrões nas regiões: aquele identificado com as experiências mexicana e centro-americana, onde predominam déficits com a China; e aquele verificado nos países sul-americanos com superávits sustentados pelo *boom* das exportações de *commodities* primárias e energéticas, além de manufaturas de baixo conteúdo tecnológico. Nos dois casos, o perfil de comércio vem-se alterando, ao longo do tempo, em um sentido de redução do conteúdo tecnológico dos produtos exportados para a China e de ampliação do conteúdo das importações. É verdade que tal perfil não destoa do padrão histórico da região, cujas exceções mais notórias são Brasil e México, que apresentam estruturas produtivas e pautas de comércio mais diversificadas. Todavia o peso dos produtos primários no total das exportações é mais intenso no comércio com a China. Assim, se a “fome de matérias-primas” é uma benção no sentido de garantir o *drive* exportador de economias que já são especializadas em função de suas vantagens comparativas em recursos naturais, ela também pode ser uma ameaça para os que buscam a manutenção de uma base manufatureira mais profunda e diversificada (Moreira, 2006; Blázquez-Lidoy; Rodríguez; Santiso, 2006).

A conjunção entre o *boom* exportador de *commodities* (e o risco da doença holandesa) e a pressão competitiva das manufaturas chinesas representa um

importante desafio para os países emergentes que almejam um padrão de inserção menos dependente de ciclos exogenamente determinados pelas forças globalizadas do comércio e das finanças. Nesse sentido, o próprio exemplo chinês de planejamento de longo prazo, de integração externa gradual e calibrada, em função da necessidade de preservação do crescimento, e, por isso mesmo, de conexão estreita entre as diferentes políticas e instrumentos em prol da realização de certos objetivos estratégicos mereceria ser observado com mais atenção e, quando for o caso, replicado em seus aspectos não idiossincráticos.

¹⁴ Trabalhou-se com os dados disponibilizados pela CEPAL (Nações Unidas, 2006). Assumiu-se que o total das exportações da América Latina para o mundo crescerá a 11% ao ano (mediana do período 1991-04) e que as exportações para a China cresceriam 25% (cenário-base que parte da mediana do valor verificado entre 1991 e 2004), 30% (cenário 2, considerando 30% de expansão, que, ainda assim, é menor do que a mediana de 37% verificada a partir de 2000) ou 15% (cenário 3, considerando uma desaceleração para menos da metade do ritmo corrente).

Anexo estatístico

Tabela A.1

Perfil das exportações da América Latina para regiões selecionadas — 1990-92 e 2002-04

(%)

PRODUTOS	AMÉRICA LATINA		EUA		UNIÃO EUROPEIA		CHINA		MUNDO	
	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04
A - Produtos Primários	27,8	24,7	40,6	19,4	55,7	49,0	44,7	49,2	42,5	30,3
B - Produtos industrializados	71,0	74,1	58,5	79,6	43,3	48,0	55,2	50,8	56,2	68,0
B.1 - Recursos naturais ...	24,4	24,6	18,6	10,5	24,5	23,2	24,8	29,5	22,8	16,2
B.2 - Baixa tecnologia	14,8	12,9	11,9	14,2	7,6	6,7	9,2	7,0	10,9	11,3
B.3 - Média tecnologia	27,3	29,8	21,4	32,1	9,4	13,3	20,9	9,2	18,3	25,7
B.4 - Alta tecnologia	4,5	6,7	6,5	22,9	1,8	4,8	0,4	5,0	4,2	14,8
C - Outros	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	3,0	0,0	0,0	1,3	1,7
D - Subtotal (A + B + C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Produtos primários + industrializados - recursos naturais (A + B.1)	52,1	49,3	59,2	29,9	80,1	72,2	69,5	78,7	65,3	46,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.** Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Tabela A.2

Perfil das exportações da América Latina (exclusive o México) para regiões selecionadas — 1990-92 e 2002-04

(%)

PRODUTOS	AMÉRICA LATINA		EUA		UNIÃO EUROPEIA		CHINA		MUNDO	
	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04
A - Produtos primários	28,3	26,0	47,4	39,6	41,3	52,2	47,6	51,5	44,9	44,2
B - Produtos industrializados	70,5	72,8	51,3	57,5	58,4	47,7	52,4	48,5	53,6	53,0
B.1 - Recursos naturais ...	25,3	25,6	26,0	24,1	30,8	28,4	25,8	30,8	26,9	24,4
B.2 - Baixa tecnologia	15,3	12,6	13,1	11,3	9,9	6,0	9,4	7,2	11,2	8,5
B.3 - Média tecnologia	26,1	29,2	9,8	13,7	16,3	10,6	17,0	8,7	13,4	15,4
B.4 - Alta tecnologia	3,9	5,5	2,5	8,6	1,4	2,6	0,2	1,8	2,2	4,7
C - Outros	1,1	1,2	1,3	2,8	0,2	0,1	0,0	0,0	1,5	2,7
D - Subtotal (A + B + C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Produtos primários + industrializados - recursos naturais (A + B.1)	53,6	51,6	73,3	63,7	72,1	80,6	73,4	82,3	71,8	68,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006.** Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Tabela A.3

Perfil das importações da América Latina de regiões selecionadas — 1990-92 e 2002-04

(%)

PRODUTOS	AMÉRICA LATINA		EUA		UNIÃO EUROPEIA		CHINA		MUNDO	
	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04
A - Produtos primários	25,4	23,2	10,8	8,6	4,1	2,2	11,7	2,1	15,8	10,8
B - Produtos industrializados	72,9	75,1	80,7	90,3	91,2	96,4	87,8	96,7	78,7	87,8
B.1 - Recursos naturais ...	26,9	24,8	18,1	14,8	19,1	18,1	11,1	9,0	18,5	15,9
B.2 - Baixa tecnologia	13,2	12,6	11,9	16,3	10,1	11,0	37,4	24,7	11,6	14,1
B.3 - Média tecnologia	27,5	28,9	35,4	40,0	45,8	47,3	26,9	23,0	35,0	36,7
B.4 - Alta tecnologia	5,3	8,7	15,4	19,2	16,3	20,1	12,4	40,0	13,6	21,2
C - Outros	1,5	1,7	8,5	1,1	4,5	1,4	0,4	1,3	5,6	1,3
D - Subtotal (A + B + C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Média e alta tecnologia (B.3 + B.4)	32,8	37,7	50,8	59,2	62,1	67,3	39,3	62,9	48,6	57,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Tabela A.4

Perfil das importações da América Latina (exclusive o México) de regiões selecionadas — 1990-92 e 2002-04

(%)

PRODUTOS	AMÉRICA LATINA		EUA		UNIÃO EUROPEIA		CHINA		MUNDO	
	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04	1990-92	2002-04
A - Produtos primários	36,9	34,3	9,9	8,3	8,5	5,0	16,8	2,7	18,5	14,9
B - Produtos industrializados	100,0	100,0	87,8	90,8	89,6	94,5	82,9	97,0	80,0	84,0
B.1 - Recursos naturais ...	36,5	34,0	20,2	18,2	7,5	10,3	13,7	14,2	19,7	19,5
B.2 - Baixa tecnologia	18,1	17,1	8,7	8,9	13,7	17,5	36,5	32,7	10,1	11,3
B.3 - Média tecnologia	38,4	37,5	41,5	38,7	47,0	39,0	24,0	24,4	37,2	35,2
B.4 - Alta tecnologia	7,0	11,4	17,4	25,0	21,4	27,7	8,7	25,8	13,0	18,0
C - Outros	1,1	2,0	2,2	0,9	1,7	0,5	0,2	0,2	1,5	1,0
D - Subtotal (A + B + C)	138,2	136,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Média e alta tecnologia (B.3 + B.4)	45,4	48,9	58,9	63,7	68,4	66,7	32,7	50,2	50,2	53,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

Referências

AEP REGIONAL OVERVIEW. Washington, D. C.: World Bank, Nov 2006.

ANNUAL REPORT. Basle: Bank of International Settlement, v. 76, 2006.

ASIA-PACIFIC REGIONAL OUTLOOK. Washington, D. C.: International Monetary Fund, Sept 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO — BID. **The emergence of China**: opportunities and challenges for the Latin America and Caribbean. Washington, D. C.: BID, 2006.

BEST, A. et. al. **International history of the twentieth century**. New York: Routledge, 2005.

BIJIAN, Z. China's peaceful rise to great power status. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, 2005.

BLÁZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ, J.; SANTISO, J. Ángel o demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 90, p. 17-43, dic. 2006.

CHINA QUARTERLY UPDATE. Washington, D. C.: World Bank, Feb 2007.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO — CAF. **América Latina en el comercio global**: ganando mercados. Caracas: CAF, 2006.

DOOLEY, M. P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. **International financial stability**. Frankfurt: Deutsche Bank, 2005. Disponível em: <<http://econ.ucsc.edu/~mpd/>>. Acesso em: jul. 2006.

DUNAWAY, S.; LI, X. **Estimating China's "equilibrium" exchange rate**. Washington, D. C.: International Monetary Fund, 2005. (IMF Working Paper, n. 05/2002).

ELLIS, R. E. **U. S. National Securities Implications of Chinese Investments in Latin America**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U. S. Army War College, 2005. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/ssi/>>. Acesso em: dez. 2006.

ESTADOS UNIDOS. Department of Treasury. **Report to Congress on international economic and exchange rate policies**. Washington, D. C.: US Department of Treasury, 2006.

FIORI, J. L. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FLASSBECK, H. China's spectacular growth since the Mid-1990s — macroeconomic conditions and economic policy changes. In: UNCTAD. **China in a globalizing world**. New York: United Nations, 2005.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **People's Republic of China**: staff report for the 2006 Article IV Consultation. Washington, D. C.: International Monetary Fund, 2006.

GOLDSTEIN, M. **What might the next emerging-market financial crisis look like?** Washington, D. C.: Institute for International Economics, 2005. (IIE Working Paper, n. 05-7). Disponível em: <www.iie.com>. Acesso em: Aug 2005.

GREENVILLE, J. A. S. **A history of the world: from the 20th to the 21st century**. New York: Routledge, 2005.

INTERNATIONAL TRADE STATISTICS 2006. Geneve: World Trade Organization, [s. d.].

JISI, W. China's search for stability with America. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, 2005.

KENNEDY, P. **The rise and fall of the great powers**. New York: Random House, 1987.

LANDES, D. **The wealth and poverty of nations**. New York: W. W. Norton, 1998.

LUNDING, A. **Global champions in waiting**. Frankfurt: Deutsche Bank, 2006.

MADDISON, A. **Chinese economic performance in the long run**. Paris: OECD, 1998.

MAHBUBANI, K. Understanding China. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, 2005.

MEDEIROS, C. A. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, July/Sept 2006.

MOREIRA, M. M. **Fear of China: is there a future for manufacturing in Latin America?** Buenos Aires: INTAL, 2006. (Occasional Paper, n. 36).

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL — NIC. **Mapping the global future**. Washington, D. C.: NIC, 2005.

NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS — NPC. **NPC adopts landmark property law**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/government/>>. Acesso em: mar. 2007.

PINTO, P. A. P. **A China e o sudeste asiático**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PRASAD, E. et al. **Effects of financial globalization on developing countries: some empirical evidence**, 2003. Disponível em: <www.imf.org>.

PRASAD, E.; WEI, S. **The chinese approach to capital inflows: patterns and possible explanations**. Washington, D. C.: IMF, 2005. (IMF Working Paper, n. 05/79).

RAJAN, R. Foreign Direct investment and the internalization of production in Asia-Pacific Region: issues and policy conundrums. **Asia-Pacific Trade and Investment Review**, Bangkok, Thailand: United Nation Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, v. 1, n. 1, Apr 2005.

RAMO, J. C. **The beijing consensus**. London: Foreign Policy Centre, 2004.

RODRIK, D. Growth strategies. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (Ed.). **Handbook of economic growth**. North-Holland: Elsevier, 2005.

ROUBINI, N.; SETSER, B. **The China trip**. Disponível em: <<http://www.rgemonitor.com>>. Acesso em: jun. 2005.

SAICH, T. **Governance and politics of China**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

TRADE AND DEVELOPMENT REPORT 2006. Geneve: UNCTAD 2006.

TRINH, T.; VOSS, S.; DICK, S. **China's commodity hunger: implications for Africa and Latin America**. Frankfurt: Deutsche Bank Research, 2006. Disponível em: <www.dbresearch.com>. Acesso em: jan. 2007.

WESTERN HEMISPHERE REGIONAL OUTLOOK. Washington, D. C.: International Monetary Fund, Nov 2006.

WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. **Dreaming with the BRICs: the path to 2050**. New York: Goldman Sachs, 2003. (Global Economics Paper, n. 99).

WOO, W. T. **The structural nature of internal and external imbalances in China**. Washington D. C.: Brookings Institution, 2005. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/views/papers/>>.

WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2006. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: jan. 2007.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Washington, D. C.: International Monetary Fund, Sept 2006.

WORLD INVESTMENT REPORT 2006. Geneve: UNCTAD, 2006.

WU, J. **Understanding and interpreting chinese economic reform**. Mason: Thomson, 2005.

ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, 2005.

ZYSMAN, J. **Government, markets and growth: financial systems and politics of industrial change**. Ithaca: Cornell University, 1983.